

## BRASIL: AONDE CHEGAREMOS?

Como há 47 anos atrás, quando veio à luz pela primeira vez a revista *Cadernos do CEAS*, a presente edição também ocorre após a confirmação do que muitos consideram ser um novo golpe de estado no Brasil, não sob a forma de Ato Institucional, não mais para reafirmar o poder militar sobre a sociedade brasileira, mas para impor uma agenda derrotada nas eleições de 2014 e para conduzir ao poder um grupo multipartidário, composto por políticos sob os quais pesam graves denúncias de corrupção, ironicamente a razão apresentada para o impeachment da presidente eleita, Dilma Rousseff.

Assim, em 2016, a soberania popular foi ferida por uma decisão congressual, convalidada em instâncias diversas do Estado brasileiro. Uma das características deste processo foi a constituição de um regime de exceção dirigido, sobretudo, contra o grupo que foi defenestrado do governo. Até onde irá esse processo não sabemos. Até aqui ele gerou ondas de protesto no meio popular, mas não forte o bastante para revertê-lo, apesar da insignificante aprovação social daqueles que assumiram os postos de comando do poder Executivo o qual conta, no entanto, com decisivo apoio da maior parte da elite brasileira e do grande capital internacional, como evidencia a declaração do FMI. Até quando o silêncio da mídia, escondendo o que se passa, ensurdecerá a sociedade e seus movimentos?

Esta edição, contudo, não tem como foco o processo diplomático-político, policial-judiciário e midiático-ideológico que está a retirar o Brasil de um alinhamento estratégico com os BRICs – direcionamento que visava torna-lo em *player* no cenário mundial das corporações monopolistas –, para convertê-lo, mais uma vez, no paraíso dos interesses sediados pela aliança ocidental comandada pelos EUA, especialmente aqueles vinculados à especulação financeira e aos setores de petróleo, gás, construção e exploração de infraestrutura.

O **tema desta** edição volta-se, em maior medida à reflexão sobre o crescimento do capitalismo de base agrária e natural, que passou a hegemonizar a produção de valor e as exportações do país. Discute também, secundariamente, o modelo de legitimação social que os últimos governos puseram em prática, baseado em políticas sociais focalizadas nos mais pobres, associado acompanhado de uma coalisão parlamentar conservadora, numa aliança mantida apenas enquanto todos podiam ganhar. Este arranjo de certo modo bloqueou o potencial de ação dos movimentos próximos aos partidos governistas, e que orbitavam em volta do Estado e dos

seus recursos, e talvez por isso estavam e ainda estão enfraquecidos politicamente, embora preservem parte da dimensão utópica e da capacidade mobilizadora de que são portadores.

A partir desse enfoque, mas com visões e abordagens variadas, **os artigos** aqui publicados analisam os últimos anos da realidade política e socioeconômica do Brasil, buscando compreender a matriz do seu desenvolvimento capitalista, em crise, e pretendem refletir sobre suas possíveis consequências socioambientais e seus reflexos para a vida do país e da sua gente. Focada no Brasil a edição 337 da nossa revista está atenta também ao horizonte dos nossos vizinhos da América Latina e aos desafios que um modelo semelhante de desenvolvimento está impondo aos camponeses e povos tradicionais da África lusófona.

Desse modo, a edição 237 dos *Cadernos* inicia discutindo o perfil do desenvolvimento capitalista dos últimos 15 anos, enfocando a centralidade do campo e da exploração da natureza para a reprodução do capital. Em “Latifúndio, reforma agrária e políticas públicas para o campo brasileiro na crise sistêmica”, Joaci Cunha, um dos editores da revista (CEAS-UCSal) argumenta que as exportações do agronegócio somadas as da mineração e de petróleo bruto representam cerca de 60% das vendas externas do país, indicando a supremacia econômica desses setores e a dependência do Estado brasileiro frente aos capitais que diretamente exploram os recursos naturais.

Em seu artigo sugere que o capital das grandes corporações mundiais está se internalizando na estrutura agrária brasileira, inclusive por via do capital financeiro especulativo, reforçando seu perfil latifundiário. Dessa forma, nas duas últimas décadas estaria se dando na economia agrária nacional um processo similar ao ocorrido no setor industrial, que passou ao controle do capital estrangeiro no período compreendido entre o suicídio de Getúlio Vargas (1954) e a instauração da ditadura civil-militar (1964).

Nessa análise, portanto, se esboça as interfaces da crise sistêmica do capital com a estrutura latifundiária no Brasil. O resultado da articulação entre o capital financeiro mundial e a agro-minero-exportação focada na apropriação dos recursos ambientais do país explicaria o desrespeito a Natureza e o veto às políticas públicas sociais direcionadas aos trabalhadores do campo, levando o Estado a recuar na universalização dessas políticas, com a importante exceção da previdência rural, ao ponto de, mesmo governos nascidos de movimentos populares aplicarem programas contrários aos camponeses ou fazerem vistas grossas frente aos desmandos ambientais da mineração e do agronegócio. Por fim, mesmo reconhecendo uma série de programas e políticas que favoreceram os camponeses, agora em processo de desmonte

pelo governo Temer, esse autor ressalta a existência, no período analisado, de uma permanente ameaça de expulsão de seus territórios de que são vítimas os camponeses e as comunidades tradicionais no Brasil.

Na sequência, o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (UFF), refletindo sobre os dilemas emancipatórios dos movimentos sociais, lembra-nos que desde os anos sessenta do século passado, dominar negros, indígenas, mulheres e a natureza é condição para a produção/reprodução da ordem-que-aí-está, mas, que isso já não se faz sem que seja publicamente questionado. Das mudanças na base material e de seus reflexos nas políticas públicas, priorizada no texto anterior, o foco agora privilegia a resistência, a dimensão utópica e a práxis dos movimentos emancipatórios a partir de um rico diálogo com autores e tradições teóricas distintas, mas, que para o autor são convergentes, numa abordagem que foge ao padrão acadêmico habitual e aproxima-se, em alguma medida, do modo de discussão nos movimentos sociais. Por esse caminho, Porto-Gonçalves em “Dilemas dos movimentos emancipatórios contemporâneos: dos fatos e das versões (teorias)” parte da crise do padrão de poder do “sistema mundo capitalista moderno-colonial”, definida como uma crise epistêmica e política que possibilitaria a emergência de outros grupos sociais na cena política, para construir sua análise.

Sua proposição básica reside em “um novo modo de produção de teorias”, que resultaria de uma radical abertura ao diálogo entre algumas correntes da tradição marxista – leninista, do socialismo libertário e o que chama de “a rica tradição em construção do Pensamento decolonial”, mas que alcança também a teoria da autopoiesis.<sup>1</sup> Enfim, Frantz Fanon, Paulo Freire, Lênin, Rosa Luxemburgo, K. Korsch, A. Pannekoek, P. Kropotkin, E. Reclus, O. Bauer e Gramsci, todos, estão convidados ao diálogo. Considera o autor, que algo disso já foi entabulado pelos movimentos societários no debate em torno do *buen vivir*. Desse novo modo de produção se espera teorias encarnadas na realidade, no terreno nacional, e não abstrações (theo)ricas, que de fora se quer impor ao mundo, mas sim ferramentas que ajudem a dar conta da heterogeneidade estruturante do sistema mundo capitalista.

Outra das várias proposições desse artigo sugere que ensaios contraditórios do bem viver estariam em curso na Bolívia, com IPSP - MAS (Movimiento al Socialismo) e com a APPO – Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca, no México. Em todas essas experiências a re-

---

<sup>1</sup> A teoria da autocriação (poiesis é "criação" em grego) surgiu no campo da Biologia. Na sociologia a autopoiesis foi desenvolvida por Niklas Luhmann, com a Teoria dos Sistemas. Gilles Deleuze e Antonio Negri fizeram o mesmo na filosofia e na ciência política, respectivamente (nota do editor).

significação do conceito de território pelos movimentos sociais, e sistematizada pelo autor e por outros, ocupa um lugar central na América Latina. Nesse processo, território passa a integrar e pressupor a dignidade e a identidade, forjadas nas lutas (processos de identificação), e estas só podem se afirmar pelo domínio das condições materiais para sua produção-reprodução, enfim, em seu território, o seu espaço de vida.

Nesse sentido, essas são experiências emancipatórias que trazem à luz questões como a diversidade e a autonomia, assim como fez a **Comuna de Paris**, referência das melhores contribuições da tradição do socialismo libertário. Território re-significado leva, pois, a questão do Estado e do Poder. A respeito disso, o autor propõe que o Estado não é o locus de emancipação de ninguém, mas que pode fazer algo, e muito, para minimizar o sofrimento humano, como tem feito por vários governos quando pressionados pelas lutas sociais, ressaltando, porém, que também pode e vem sendo usado contra os pobres. Conclui, por fim, que mais que tomar o poder há que se construir o poder, como na experiência da Comuna de Paris, nas Juntas de Bom Governo zapatistas, no CRIC – Conselho Regional Indígena de Cauca –, no TIPNIS, nesses diversos ensaios de outros mundos que, assim se mostram reais e que resultam das contradições do sistema mundo capitalista.

Os movimentos sociais e o Estado no Brasil, tendo a questão da terra e das lutas por território como foco, é o que discute “Onde estão as lutas pela Reforma Agrária?”, artigo de Ruben Cerqueira e Flávio Lazzarin, assessores da Comissão Pastoral da Terra, entidade de referência nessas questões e que, em 2015, completou 40 anos de serviço aos camponeses. O contexto de que parte a análise é a evidente falência das políticas públicas de reforma agrária no Brasil, que segundo os autores não merece mais esse nome.

Os atuais sujeitos emergentes da luta por terra no Brasil são o objeto da reflexão. Assim, o artigo aponta um novo protagonismo das lutas no campo, destacando o papel dos povos originários, no Brasil e na Bolívia, e das comunidades tradicionais quilombolas. Chama a atenção para a experiência do MOQUIBOM (Movimento Quilombola da Baixada Ocidental do Maranhão), uma articulação de mais de oitenta comunidades - e referência para 335 quilombos - que reivindica a legalização dos seus territórios, com uma firme posição de luta contra o capital e os agentes de cooptação do estado.

Para os articulistas, o projeto petista de desenvolvimentismo via conciliação de classes e de o avanço dos negócios públicos e privados sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais fizeram destes os principais sujeitos da luta pela reforma agrária nos anos recentes

no Brasil. Também destacam a oposição desses povos e culturas ao capitalismo, algo que estaria expresso na concepção de “envolvimento”, mais que “desenvolvimento”, de viverem o presente tendo o passado como herança significativa e o futuro, como algo aqui e agora, na conjunção de energias vitais para a luta do Bem Viver. Não se dispõem a sacrificarem o presente por um futuro sempre mais inalcançável e movido pelo fetichismo da mercadoria-felicidade. Enfim, estaríamos diante de uma reinvenção dos povos como sujeitos políticos.

Como percebe o leitor, os movimentos sociais reagindo aos projetos do capital vêm se reconfigurando e inventando novas perspectivas de resistência. Nesse caminho, eles criam ou reapropriam intelectuais orgânicos, e assim renovam suas representações simbólicas e políticas, como vimos com o diálogo entre bem viver e socialismo.

Em “A monocultura do eucalipto na Bahia: um retrato da apropriação privada da natureza”, Maicon L. de Andrade (CEAS) e Gilca G. de Oliveira (UFBA-Geografar) retomam o processo de expansão dos plantios comerciais de eucalipto no Brasil e na Bahia. Objetivando apresentar a espacialização temporal da eucaliptocultura, argumentam que tal processo representa a expressão do domínio privado da natureza por grandes empreendimentos agrícolas, marcando a terra como mercadoria, cobiçada nacional e internacionalmente por corporações que definem e planejam a apropriação da natureza por grandes corporações capitalistas mundiais.

Um dos principais impactos desse movimento do capital é explicitado no agravamento da concentração da estrutura agrária brasileira que, de 2003 a 2010, viu a área das grandes propriedades crescerem em quase 50%. A reorganização espacial e a expansão geográfica a partir da qual a eucaliptocultura se difunde faz deste setor um dos mais monopolizados e intensivos em capital do agronegócio e da agroindústria, representando para a balança comercial do Brasil, em 2013, o equivalente a 3% das exportações ou 5,5% do PIB nacional.

Da Bahia para Ceará. No artigo “Entre expropriações e resistências: a implementação de parques eólicos na zona costeira...”, Júlio César Holanda Araújo remete-nos ao novo filão dos negócios com bens naturais intangíveis de que o capital se apropriou no Brasil, mais especificamente no Ceará. Na direção desses ventos, o autor analisa as implicações territoriais da implementação de parques eólicos na zona costeira deste estado, bem como os conflitos ambientais e processos de resistência decorrentes.

Embora a força dos ventos seja em tese uma fonte limpa de energia, a forma com o capital dela se apropriou tornou-a uma energia socialmente suja. A legitimação dessa fonte tem sido fundamentada, principalmente, pelo fato dela ser considerada de “baixo impacto ambiental” e, supostamente, isenta de impactos e conflitos. Entretanto, tal legitimidade tem sido contestada por grupos sociais localizados em territórios próximos ou afetados pelos projetos eólicos, que denunciam suas práticas espaciais desestruturadoras e o processo técnico adotado, totalmente desrespeitoso em relação aos direitos dessas comunidades.

A análise demonstrou que o processo de implantação desses parques no Ceará não ocorre de forma isenta de conflitos ambientais. Além disso vem sendo acompanhada pela expropriação das populações locais e pela degradação dos ecossistemas do entorno. Não sem reação dos atingidos. Com efeito, as populações locais protagonizam processos de resistência e luta coletiva com o objetivo de fazer ressoar suas denúncias na arena pública. Enfim, muito mais a que conferir neste texto.

Como a presente edição está a evidenciar, a temática das comunidades tradicionais tem obtido crescente relevância no Brasil, devido sobretudo, mas não só, aos constantes conflitos em que são envolvidas pela ação do agronegócio e das corporações que exploram a natureza.

Kassia Aguiar Norberto Rios Correio, em *Conflitos e resistência: comunidades tradicionais pesqueiras da Bahia*, nos informa que existem atualmente no país cerca de 6 milhões de pessoas integrando essas várias comunidades, sejam de indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, ribeirinhos... Partindo dessa constatação, seu artigo analisa o cenário que envolve historicamente as comunidades pesqueiras da Bahia, com destaque para as contradições e problemas que estas têm vivenciado e as ações de resistência por elas empreendidas.

Considerada a principal atividade econômica de inúmeras comunidades tradicionais litorâneas ou ribeirinhas do estado, a prática da pesca artesanal, objeto dessa reflexão, é caracterizada por laços de identidade, pertencimento e principalmente, respeito. No seu labor essas comunidades desenvolvem valores simbólicos e materiais que asseguram o seu modo de vida tradicional e, por vezes caracterizam suas territorialidades. E aqui, no território ou na negação do direito a ele, residem a ação ou omissão do Estado e as agressões por agentes econômicos (nacionais/internacionais), visando a implantação de grandes obras ou empreendimentos.

América Latina e África parecem envolvidas numa mesma teia de exploração territorial por companhias da agro-minero-exportação. Pelo menos é que pode se deduzir da leitura de “Moçambique e a questão da terra...”, artigo de Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos (UFBA), que discute uma questão nevrálgica para os camponeses e povos tradicionais moçambicanos. Este país de língua portuguesa, após a democratização em 1990 e a tentativa de adequação da economia ao novo contexto político interno e internacional, passou a possibilitar investimentos privados, o uso e a ocupação das terras pelo capital estrangeiro.

Não obstante a intenção de levar investimentos internacionais ao país, ressalta a autora, a disponibilização das terras depara-se com questões ambientais, legais – expressas na “lei de terras” –, e com a relação do povo moçambicano com as mesmas. Neste caso, não somente no que diz respeito a sua utilização para a subsistência e para atividades econômicas, mas também devido a uma forte ligação de identidade e ancestralidade das comunidades com seus territórios. Assim, este artigo põe em discussão os desafios que envolvem a ocupação da terra por grandes empresas estrangeiras.

Kassia, contudo dirige seu “olhar” principalmente através de dois filmes-documentários produzidos pela organização não governamental moçambicana Centro Terra Viva – Estudos e Advocacia Ambiental (CTV). A esta fonte alia a pesquisa contextual referente, buscando desvelar a disputa que envolve cidadãos moçambicanos, o governo do país, organizações não governamentais, e empresas privadas internacionais, em uma lógica que coloca em confronto a estrangeirização das terras de Moçambique e os direitos dos seus habitantes.

Depois desse périplo por Brasil, África e América Latina, espaços da acumulação primitiva permanente do capital desde o século XV, os *Cadernos* dedicam suas páginas à análise do mais novo fenômeno político eleitoral europeu. Trata-se de “Podemos: um terremoto político sacode a Espanha”, artigo de Ana Lúcia da Silva (UFG) sobre a frente de esquerdas que surpreendeu a Europa durante as eleições de dezembro de 2015 e julho de 2016.

Em seu artigo, Ana Lúcia analisa a conjuntura de emergência do Partido Podemos na Espanha, assim como suas propostas e trajetória, desde a primeira eleição da qual participou, em maio de 2014, até a última, em junho de 2016. A autora, compreende o surgimento do Podemos como o resultado histórico das lutas e contradições que se desenvolveram na Espanha na esteira do movimento chamado 15-M, de maio de 2011, que, por semanas ocupou as praças na Espanha, ficando internacionalmente conhecido como os Indignados. Mas, porque um terremoto político?

A resposta passa pela força social que adquiriu coligação de movimentos e organizações comandada pelo PODEMOS, em maio de 2015, vencendo as eleições para prefeituras e províncias e, sobretudo, elegendo as prefeitas de Madrid e de Barcelona. Este jovem partido tornou-se também a primeira força política em toda a Catalunha e conseguiu ser a alternativa mais votada nas comunidades de Aragão, Cantábria, Castela-a-Mancha, Valência, Baleares, Murcia e La Rioja. Na Europa, é hoje a única alternativa de esquerda consolidada. Todavia, já se observa uma mudança significativa no seu discurso, um certo abrandamento político. Em 2014, na primeira assembleia do PODEMOS, podia se ouvir que o céu se toma por assalto, não por consenso. Após as eleições de junho, quando o partido perdeu um milhão de votos em relação a dezembro, seus dirigentes já falaram em superar a fase da blitz e se converterem em um partido normal.

Manoel Nascimento (CEAS), em “Participação política e direito à cidade no Centro Histórico de Salvador: o caso da Chácara Santo Antônio” recupera analiticamente a experiência de luta dos moradores dessa comunidade pela sua permanência no Centro Histórico da cidade, um movimento em que o autor participou como assessor do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

Em sua narrativa, o debate teórico é construído em torno de três distintas perspectivas de análise da participação política (controladora, instituinte e integracionista). Partindo desse balizamento, ele reflete sobre o significado da participação política da Chácara Santo Antônio no desenvolvimento de políticas habitacionais para o Centro Histórico de Salvador no contexto de uma luta mais ampla pela concretização do direito à cidade neste mesmo território. Nesta direção recupera o processo de lutas desenvolvido pela Chácara Santo Antônio até 2013, para, ao final, chegar a um balanço de avanços, retrocessos e perspectivas, concluindo que, não obstante haver avanços formais na participação, substantivamente a sensação dos moradores é de que pouco se conseguiu.

Finalizando os artigos desta edição, Iraneidson Santos Costa (UFBA-CEAS) resgata de maneira sucinta algumas das tensas conjunturas que marcaram a trajetória dos *Cadernos do CEAS* ao longo de quarenta anos de publicação ininterrupta, entre 1969 e 2009. Com “As crises passarão. Os cadernos do CEAS, passarinho!”, busca sistematizar, a partir das experiências e reflexões, um leque de orientações que possam servir de baliza para os desafios que se colocam nesta nova fase do periódico, retomada em 2015 numa frutífera parceria do Centro de Estudos

e Ação Social (CEAS) com a Universidade Católica do Salvador (UCSal) e a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap).

A partir de textos publicados por alguns de seus redatores e redatoras no decorrer destas décadas, sinaliza o autor para a valorização da reflexão sem descuidar da realidade em que a mesma está assentada, da qual deriva e para a qual se destina, confirma-se a vitalidade da fórmula “um pé dentro, o outro fora” na relação com diversas institucionalidades e chama-se a atenção para a importância da abertura ao debate sem receio de expor concepções conflitantes e da defesa de posições contra-hegemônicas sem temer as possíveis consequências daí advindas.

Enfim, o autor talvez, inspirado nos índios da Nação Munduruku<sup>2</sup>, que vêm o “rastros do tempo apontando o caminho do futuro”, tenha buscado capturar a alma da revista que o leitor tem agora ao alcance de um click.

Joaci Cunha e Ângela Borges – Editores-chefe dos Cadernos do CEAS.

---

<sup>2</sup> Em “Carta ao povo e ao governo brasileiro: somos os cortadores de cabeça” (documento também publicado nesta edição).